

Poligraph Sistemas e Representações Ltda.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12
1. Contexto operacional.....	12
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	12
2.1 Declaração de conformidade.....	12
2.2 Base de preparação e apresentação	12
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	12
2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	12
3. Principais políticas contábeis	13
3.1 Instrumentos financeiros.....	13
3.2 Imobilizado	14
3.3 Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>).....	14
3.4 Caixa e equivalentes de caixa	15
3.5 Provisão para contingências.....	15
3.6 Impostos.....	16
3.7 Demonstração dos fluxos de caixa.....	16
3.8 Receita operacional.....	16
3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor	17
3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	19
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	21
5. Contas a receber clientes	21
5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento	21
6. Impostos a recuperar	21
7. Outros créditos	21
8. Imobilizado.....	22

9.	Fornecedores	22
10.	Obrigações e provisões trabalhistas	22
11.	Obrigações tributárias	22
12.	Provisões para contingências.....	23
13.	Partes relacionadas	23
14.	Patrimônio líquido.....	23
14.1	Capital Social.....	23
14.2	Reserva de capital	24
14.3	Remuneração aos acionistas	24
15.	Receita de contratos com clientes	24
16.	Custos dos serviços prestados	24
17.	Despesas operacionais.....	24
18.	Resultado financeiro.....	26
19.	Imposto de renda e contribuição social	26

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	8.051.718	5.612.562	Fornecedores	9	582.349	103.616
Contas a receber de clientes	5	1.480.416	1.389.906	Obrigações e provisões trabalhistas	10	3.338.709	3.107.536
Impostos a recuperar	6	64.985	67.884	Obrigações tributárias	11	2.575.063	2.728.276
Outros créditos	7	249.659	3.079.045	Outras provisões		-	86.690
				Outras obrigações		-	9.027
Total do ativo circulante		9.846.778	10.149.397	Total do passivo circulante		6.496.121	6.035.145
Depósitos judiciais		75.322	84.281	Provisões para contingências	12	156.119	241.415
Imobilizado	8	18.434	27.023	Total do passivo não circulante		156.119	241.415
Total do ativo não circulante		93.756	111.304	Patrimônio Líquido	14		
				Capital social		2.790.000	2.790.000
				Reserva de capital		7.758	7.758
				Reserva de lucros		490.536	1.186.383
				Total do patrimônio líquido		3.288.294	3.984.141
Total do ativo		9.940.534	10.260.701	Total do passivo e patrimônio líquido		9.940.534	10.260.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receita de contratos com clientes	15	31.703.105	29.881.591
Custo dos serviços prestados	16	<u>(9.800.583)</u>	<u>(9.294.007)</u>
Lucro bruto		<u>21.902.522</u>	<u>20.587.584</u>
Despesas com vendas	17	(477.829)	(531.377)
Despesas gerais e administrativas	17	(9.224.883)	(7.366.684)
Outras despesas operacionais		641.433	1.185.347
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>12.841.243</u>	<u>13.874.870</u>
Receitas financeiras	18	776.072	435.101
Despesas financeiras	18	<u>(211.128)</u>	<u>(325.498)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>13.406.187</u>	<u>13.984.473</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(4.102.034)</u>	<u>(3.758.769)</u>
Resultado do exercício		<u><u>9.304.153</u></u>	<u><u>10.225.704</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	<u>9.304.153</u>	<u>10.225.704</u>
Resultado abrangente total	<u>9.304.153</u>	<u>10.225.704</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Total
			de capital	lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.790.000	7.758	6.570.679	9.368.437
Distribuição de lucros acumulados	14	-	-	(15.610.000)	(15.610.000)
Resultado do exercício		-	-	10.225.704	10.225.704
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.790.000	7.758	1.186.383	3.984.141
Distribuição de lucros acumulados	14	-	-	(10.000.000)	(10.000.000)
Resultado do exercício		-	-	9.304.153	9.304.153
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.790.000	7.758	490.536	3.288.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Resultado do exercício		9.304.153	10.000.000
Ajustes para:			
Depreciação	8	8.589	(1.200.000)
Provisão para contingências	12	(85.296)	(1.200.000)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(798.662)	(1.200.000)
Imposto de renda e contribuição social	19	4.102.034	3.000.000
		12.530.818	12.000.000
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	5	708.152	(1.200.000)
Impostos a recuperar	6	2.899	(1.200.000)
Depósitos judiciais		8.959	(1.200.000)
Outros créditos	7	2.829.386	(2.800.000)
		3.549.396	(2.400.000)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	478.733	(1.200.000)
Obrigações e provisões trabalhistas	10	231.173	(1.200.000)
Obrigações tributárias, imposto de renda e contribuição social	11	(153.213)	(1.200.000)
Outras provisões		(86.690)	(1.200.000)
Outras obrigações		(9.027)	(1.200.000)
		460.976	(2.400.000)
Recursos provenientes das (usados nas) atividades operacionais			
		16.541.190	10.000.000
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	(4.102.034)	(3.700.000)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais			
		12.439.156	7.000.000
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos			
Distribuição de lucros		(10.000.000)	(15.600.000)
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamentos			
		(10.000.000)	(15.600.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		2.439.156	(8.400.000)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.612.562	14.000.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.051.718	5.600.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		2.439.156	(8.400.000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Poligraph Sistemas e Representações Ltda., (“Poligraph” ou “Empresa”), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.200.665/0001-00, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e foi constituída em 01 de outubro de 1991.

A Empresa tem como objeto social: (i) a exploração comercial e licenciamento de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; (ii) o desenvolvimento de software, inclusive sob encomenda, customizáveis ou não; (iii) a prestação de serviços de assessoria técnica, de consultoria, e de treinamento em tecnologia da informação; (iv) a manutenção, a sustentação, a evolução de programas para computador, e o suporte técnico em tecnologia da informação; (v) a hospedagem e/ou armazenamento de aplicações ou serviços de transferência contínua; (vi) a hospedagem e/ou armazenamento de páginas da internet e serviços de compartilhamento de computadores; (vii) as atividades de tratamento e processamento de dados; (viii) as atividades previstas nas alíneas (iii) a (vii) do objeto social poderão ser realizadas no estabelecimento sede da empresa, ou nas dependências do cliente; (ix) a representação e comércio varejista de equipamentos e produtos de informática; e (x) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

A Empresa não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 27 de abril de 2023.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de

certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados (notas 3 e 8);
- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 3.6 e 19);
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios (nota 3.5);
- (iv) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos (nota 3.1).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme

incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 180 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado “lucro presumido”. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Cálculo realizado com base na alíquota de presunção de 32% sobre as receitas operacionais, e alíquotas de 15% e 9% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

Por ser tributada pelo regime de lucro presumido, não há impostos diferidos reconhecidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00% e 3,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- (i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a. Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.

b. IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

c. Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

d. Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis

As principais alterações incluem:

- Exigir que as empresas divulguem suas políticas contábeis relevantes em vez de suas políticas contábeis significativas;
- Esclarecer que as políticas contábeis relacionadas a transações imateriais, outros eventos ou condições são imateriais e, como tal, não precisam ser divulgadas;
- Esclarecer que nem todas as políticas contábeis são relevantes para as demonstrações financeiras de uma empresa.

e. Alterações ao CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativa contábil

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contábeis: esclarecem o que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração, àquelas que surgem quando os valores monetários em relatórios financeiros não podem ser observados diretamente e devem ser estimados. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma estimativa contábil inclui:

- Selecionar uma técnica de medição (estimativa ou técnica de avaliação);
- Escolher as entradas a serem usadas ao aplicar a técnica de medição escolhida.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Softplan avalia o impacto que as alterações terão na prática, e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

A administração considera que não há estimativas que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Ativos Financeiros		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8.051.718	5.612.562
Contas a receber de clientes	1.480.416	1.389.906
Passivos Financeiros		
Fornecedores	<u>(582.349)</u>	<u>(103.616)</u>
	<u>8.949.785</u>	<u>6.898.852</u>

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Contas correntes	1.000.761	1.505.625
Aplicações financeiras	7.050.957	4.106.937
	8.051.718	5.612.562

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Fundos de Renda Fixa, com rendimentos que variam entre 99% e 101% do CDI (99% e 101% do CDI em 31 de dezembro de 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores.

5. Contas a receber clientes

	2022	2021
Clientes nacionais	4.073.662	4.781.814
(-) Perda esperada com créditos	(2.593.246)	(3.391.908)
	1.480.416	1.389.906

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2022	2021
A vencer	363.436	1.119.134
Vencidos até 30 dias	779.597	237.574
Vencidos de 31 a 60 dias	3.208	-
Vencidos de 61 a 90 dias	166.073	-
Vencidos de 91 a 180 dias	167.904	33.000
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-
Vencidos a mais de 360 dias	2.593.444	3.392.106
(-) PCLD	(2.593.246)	(3.391.908)
	1.480.416	1.389.906

6. Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS retido na fonte	336	114
COFINS retido na fonte	1.552	527
IRRF a compensar	62.580	67.068
CSLL retido na fonte	517	175
	64.985	67.884

7. Outros créditos

	2022	2021
Adiantamentos de férias	108.246	114.011
Assinaturas e anuidades	3.131	-
Outros títulos a receber - intercompany	-	2.900.000
Plano de saúde e odontológico	137.871	63.586
Vale transporte	411	1.448
	249.659	3.079.045

8. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%	10%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	23.565	490	2.495	11.286	37.836
Adições					
Baixas					
Depreciação	(7.684)	(490)	(641)	(1.998)	(10.813)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	15.881	-	1.854	9.288	27.023
Depreciação	(7.129)	-	(250)	(1.210)	(8.589)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2022	8.752	-	1.604	8.078	18.434

9. Fornecedores

	2022	2021
Aluguéis a pagar	29.948	22.557
Associações de classe a pagar	519	772
Benefícios a pagar	139.002	65.906
Licenças de software a pagar	600	-
Despesas de viagens	345	2.359
Serviços de terceiros	411.935	12.022
	582.349	103.616

10. Obrigações e provisões trabalhistas

	2022	2021
Salários a pagar	620.369	593.268
Rescisões a pagar	109	-
INSS a recolher	122.540	101.640
FGTS a recolher	119.909	112.790
Contribuição sindical a pagar	82	319
Pensão alimentícia a pagar	4.933	4.221
Provisão de férias	1.580.365	1.405.472
Gratificações trabalhistas a pagar	890.402	889.826
	3.338.709	3.107.536

11. Obrigações tributárias

	2022	2021
ISS a recolher	33.657	57.088
PIS a recolher	63.278	63.148
COFINS a recolher	292.058	291.457
INSS s/ faturamento a recolher	224.175	223.099
Provisão imposto de renda	1.084.345	1.221.242
Provisão contribuição social	467.045	522.421
IRRF a recolher (PF)	404.510	349.777
Outras obrigações tributárias	5.995	44
	2.575.063	2.728.276

12. Provisões para contingências

A Empresa mantém provisões para contingências cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos internos e externos. A administração da empresa prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Provisão para contingências	Trabalhista
Em 31 de dezembro de 2020	252.487
Reversão de provisões	(11.072)
Em 31 de dezembro de 2021	241.415
Reversão de provisões	(85.296)
Em 31 de dezembro de 2022	156.119

13. Partes relacionadas

Em 2022, foi pago a título de remuneração aos Administradores da Empresa o montante de R\$ 180.000.

	2022	2021
	Diretoria executiva	Diretoria executiva
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3
Valor anual da remuneração individual	60.000	60.000

	2020	2019
	Diretoria executiva	Diretoria executiva
Remuneração	180.000	180.000
Encargos	-	-
	180.000	180.000

Em 2021 e 2022, a Poligraph optou pela desoneração da folha de pagamento recolhendo a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), desta forma não há incidência de encargos por parte da empresa.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Empresa é composto por 2.790.000 (dois milhões, setecentos e noventa mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, todas pertencentes a sócios domiciliados no país, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de quotas
Carlos Augusto de Matos	1
Moacir Antonio Marafon	1
Ilson Aparecido Stabile	1
Softplan Participações Ltda	2.789.997
Total	2.790.000

14.2 Reserva de capital

O grupo de Reservas é composto pela Reserva de Capital e seu saldo soma o montante de R\$ 7.757,66.

14.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina que os lucros auferidos devem ser distribuídos aos acionistas proporcionalmente a quantidade de suas ações.

A Companhia poderá distribuir 25% dos lucros após a compensação de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e outras destinações previstas em seu estatuto.

Durante o exercício de 2021 e 2022 foi deliberado pelos quotistas a distribuição de lucros acumulados no montante de R\$ R\$ 15.610.000,00 e R\$ 10.000.000,00 respectivamente.

15. Receita de contratos com clientes

	2022	2021
Receita Bruta	35.497.879	33.408.407
Deduções da receita	(3.794.774)	(3.526.816)
Receita de contratos com clientes	<u>31.703.105</u>	<u>29.881.591</u>

16. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Custos com pessoal	(9.760.457)	(9.102.963)
Despesas com viagens	(40.126)	(42.463)
Licenças, associações e mensalidades para uso software	-	(110.280)
Serviços de terceiros	-	(38.301)
Total	<u>(9.800.583)</u>	<u>(9.294.007)</u>

17. Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas com vendas		
Comissões sobre vendas	(477.829)	(531.377)
Total	<u>(477.829)</u>	<u>(531.377)</u>

	202	202
Despesas gerais e administrativas	2	1
	(8.1)	(6.7)
Despesas com pessoal	68.6	40.7
	58)	99)
	(41	(36
Despesas com instalações físicas	3.60	3.81
	4)	0)
Despesas de TI e comunicação	(4.4	(7.1
	56)	25)
	(17	(52.
Despesas com viagens	3.12	247
	6))
	(49	(21
Serviços de terceiros PJ	8.30	7.43
	8)	4)

Despesas de marketing	(5.855)	(15.674)
Outras despesas administrativas	(28.624)	(27.662)
Depreciações	(8.588)	(10.814)
Provisão indenização processos trabalhistas (i)	76.336	68.881
	(9.224.8)	(7.366.6)
	(83)	(84)

- (i) Houve atualizações dos processos trabalhistas onde foi revertido um valor maior do que provisionado, por isso o saldo da conta apresentou saldo credor.

18. Resultado financeiro

	2022	2021
Rendimentos de aplicação financeira	776.017	435.043
Juros ativos	53	1
Descontos obtidos	-	56
Juros (SELIC) sobre impostos a compensar	2	1
Receitas financeiras	776.072	435.101
Despesas com tarifas bancárias	(3.118)	(3.921)
I.O.F.	(5.489)	-
Juros/Multas	(126.217)	-
Seguro garantia	(5.270)	(27.201)
Descontos concedidos	(71.012)	(21.414)
Juros passivos	(22)	(16.185)
Rentabilidade negativa	-	(256.777)
Despesas financeiras	(211.128)	(325.498)
Resultado financeiro líquido	564.944	109.603

19. Imposto de renda e contribuição social

Composição das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2022	2021
Prestação de serviços	35.497.879	33.408.406
Alíquota	32%	32%
Base cálculo	11.359.321	10.690.690
Outas receitas	776.072	435.100
Base de cálculo	12.135.393	11.125.790
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	4.126.034	3.782.769
Redução (aumento) da base de cálculo	(24.000)	(24.000)
Imposto de renda e contribuição social	4.102.034	3.758.769

* * *

Adriano Cesar Passenko
Diretor Executivo

Luiz Fernando Dill Barcellos
Contador CRC/RS 082618/O-5